



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **5 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 15 de janeiro de 2011

A CRITICA

Recorde: Suframa estima em 116 mil número de empregos gerados no PIM em 2010 1
VEICULAÇÃO LOCAL

O GLOBO

MP fixará regra para reajuste do mínimo, que subirá a R\$ 545 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Dilma divide governo em 4 áreas..... 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE BOA VISTA

Comitê Gestor da Casa Civil da Presidência em Roraima é renovado por mais um ano 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

PIM registra média de 110 mil empregos em dezembro no AM 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO A CRITICA		EDITORIA
	TÍTULO Recorde: <u>Suframa</u> estima em 116 mil número de empregos gerados no <u>PIM</u> em 2010		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Conforme dados divulgados pela Suframa na tarde desta sexta-feira (17), o número total de postos diretos de trabalho gerados até novembro de 2010 foi de 110 mil, **10,59% superior a 2009**

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) estima que os números consolidados de dezembro de 2010 apontem geração recorde de 116 mil empregos no Polo Pólo Industrial de Manaus (PIM).

Conforme dados divulgados pela Suframa na tarde desta sexta-feira (17), o número total de postos diretos de trabalho gerados até novembro de 2010 foi de 110 mil,

10,59% superior aos 99 mil registrados em novembro de 2009.

Ainda de acordo com a Suframa, houve crescimento de 0,56% com relação ao mês de outubro, quando se chegou a 109 mil empregos. A Superintendência da Zona Franca de Manaus estima que os números consolidados de dezembro apontem recorde de 116 mil empregos.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO MP fixará regra para reajuste do mínimo, que subirá a R\$ 545		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mínimo subirá para R\$545 em 1º de fevereiro

NOVO GOVERNO

Governo eleva piso em mais R\$5, sem ceder às centrais sindicais, e MP fixará política de correção do salário Chico de Gois, Luiza Damé, Gerson Camarotti

BRASÍLIA. O Governo Federal decidiu encaminhar uma medida provisória ao Congresso para definir em lei a política de salário mínimo para os próximos quatro anos. A intenção, com isso, é evitar a pressão que centrais sindicais, oposição e até aliados exercem todos os anos contra o governo para dar um aumento maior do que o acordado. A mesma medida vai ajustar o valor do mínimo que está em vigor desde 1º de janeiro, passando-o de R\$540 para R\$545 a partir de 1º de fevereiro, segundo anunciou ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, após a primeira reunião ministerial do governo Dilma.

As centrais sindicais querem reajuste para R\$580 e até mesmo aliados do governo pressionam por um mínimo de, pelo menos, R\$550, mas a equipe econômica não está disposta a ceder. A nova MP deverá substituir a anterior, que usou o índice de 5,88% para a correção do piso e não o INPC cheio, fechado em dezembro, de 6,47%.

- Vamos fazer uma medida provisória que vai estabelecer a política nacional do salário mínimo, que vai valer de 2011 a 2015. E vamos fazer a correção para o INPC cheio - disse o ministro. - A política de reajuste do mínimo será formalizada e, com isso, os trabalhadores terão os aumentos garantidos.

Pelo INPC cheio, o mínimo ficaria em R\$543, mas será arredondado para R\$545, para evitar problemas nos caixas eletrônicos, onde mais de 20 milhões de aposentados podem retirar seus benefícios.

O ministro esclareceu que será repetida na MP a mesma regra que vem sendo adotada há pelo menos quatro anos pelo governo: reajuste do mínimo pela inflação do ano anterior e **PIB** de dois anos antes. Para o mínimo de 2011, não houve aumento real porque o **PIB** de 2009 foi negativo. Houve só reposição da inflação, o que centrais e setores do Congresso não aceitam.

Há anos dorme nas gavetas do Congresso o projeto que estabelece essa política. Mas os parlamentares não o aprovam justamente para pressionar o governo ano a ano. Como a medida provisória tem de ser votada - sob pena de trancar a pauta da Câmara - os deputados terão de dizer se concordam ou não com a política proposta.

Mantega disse que, a despeito das críticas das centrais sindicais de que o reajuste do mínimo deste ano não leva em consideração o crescimento da economia no ano passado - que deve ficar em torno de 7,5% - no próximo ano, a se manter a atual política, o aumento do mínimo será de 13% a 14%.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma divide governo em 4 áreas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

NOVO GOVERNO

"Superministros" vão coordenar o trabalho de colegas para melhorar gestão

Chico de Gois, Luiza Damé e Gerson Camarotti

Na primeira reunião ministerial da era Dilma Rousseff, a palavra de ordem dita e repetida pela presidente fez tremer os petistas mais vermelhos: corte de gastos e melhoria da gestão. A erradicação da pobreza e a tragédia climática que atingiu o Rio também foram temas da reunião. Dilma, que se reuniu com seus 37 auxiliares diretos das 14h20m às 18h30m, dividiu seu governo em quatro áreas estratégicas, dando poderes a quatro "superministros" que vão coordenar o trabalho de outros colegas. No entendimento da presidente, agregando as pastas por áreas temáticas será mais fácil obter melhores resultados, reduzir custos e aumentar a competitividade.

As quatro áreas serão: **Desenvolvimento** Social e Erradicação da Miséria; **Desenvolvimento** Econômico; Gestão, Infraestrutura e PAC; e Direitos da Cidadania e Movimentos Sociais. A primeira será coordenada pela ministra do **Desenvolvimento** Social, Tereza Campello. A de **Desenvolvimento** terá o ministro da Fazenda, Guido Mantega, à frente; Infraestrutura será tocada pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior; e a última estará a cargo do ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

A coordenação geral será exercida por Mantega, Miriam e pelo ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. A presidente participará dessas reuniões setoriais e confirmou a criação, sob o guarda-chuva do Planalto, do Núcleo de Gestão e Competitividade, que terá como um dos conselheiros o empresário Jorge Gerdau.

- Hoje temos um **Ministério** grande, constituído de 37 **Ministérios**, e fica difícil haver um despacho comum com todos. Então é melhor dividir em áreas temáticas, para o melhor funcionamento dos **Ministérios** - explicou Mantega. - As quatro áreas têm um coordenador de área, e os **Ministérios** têm afinidades naturais e estarão fazendo um trabalho conjunto para definir metas e apresentar resultados.

Prazo para definir cortes é até dia 4

Miriam Belchior iniciou a entrevista após a reunião repetindo o que se pretende ser uma das marcas do governo Dilma: fazer mais com menos. Ficou fixado que até 4 de fevereiro cada ministro deve apresentar as prioridades de suas pastas para saber, depois, o que pode ser cortado do Orçamento de 2011. O tamanho do corte ainda não está definido.

- O debate foi sobre quais são as alternativas que cada **Ministério** pode ter para reavaliar seus contratos, seus custos, para que a gente consiga utilizar o recurso disponível, que é bastante grande - afirmou a ministra.

Miriam disse que as medidas de racionalização que serão adotadas não são de curto prazo:

- Ninguém tem ilusão de que vai ser num piscar de olhos que esses custos serão reduzidos. Deixamos hoje uma lição de casa para os ministros: fazer uma avaliação do Orçamento e hierarquizar as ações, com prioridade para **desenvolvimento** e inclusão social - disse. - Há uma preocupação da presidente de que a administração pública federal seja mais eficiente. Nós vamos trabalhar nessa direção.

Miriam e Mantega chegaram a brincar, quando ela disse que os demais ministros aderiram com ênfase à determinação de corte orçamentário. Mantega disse:

- Com bastante entusiasmo já é exagero.

A ministra, que é responsável pelo PAC, não descartou totalmente cortes no programa:

- O PAC estará preservado, dependendo, claro, do tamanho do contingenciamento.

Em sua fala de 20 minutos na reunião, Dilma também cobrou empenho ético de seus auxiliares e disse para seguirem as orientações sobre o uso de cartões corporativos e veículos, por exemplo:

- São faces da mesma moeda: eficiência e ética e transparência devem estar presentes em todos os atos - disse Dilma. - Priorizar a eficiência e atuar baseado em princípios éticos e republicanos. Temos que ser mais exigentes com os

nostros gastos. O governo Lula avançou e, para continuar avançando, temos de gastar melhor.

Dilma Rousseff enquadrou sua equipe, dizendo que não aceita divergências públicas.

- Nós somos uma equipe. Temos que manter a unidade e solidariedade entre os ministros. Não é adequado discussão pública sobre divergências. As discussões são sempre bem-vindas, mas internamente. Todos devem esgotar suas posições, mas que façam isso internamente - disse ela.

O vice-presidente Michel Temer, num recado aos ministros do seu partido, o PMDB, também disse que as divergências são importantes na democracia, mas para criar um ambiente de convergência. A fala da presidente foi reforçada ainda por uma advertência feita por Palocci, que citou a divergência pública sobre o salário mínimo entre Mantega e o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que ficou em silêncio.

- Não é cabível que ministros façam declarações públicas divergentes sobre assunto que está decidido, como a questão do mínimo. Um ministro só deve falar de assunto de

outra pasta para fazer elogios ao seu colega. Assuntos já decididos não devem ter mais debate público - disse Palocci.

Pelo menos 20 dos 37 ministros falaram na reunião. Sobre a briga dos aliados pelos cargos do segundo escalão, coube à própria Dilma dar o recado:

- As agências, por exemplo, serão comandadas por técnicos do setor. Nenhuma agência pode ser sequestrada por nenhum setor econômico em prejuízo da população brasileira.

Dilma destacou ainda a necessidade de priorizar ações sociais para a erradicação da miséria, além de foco na educação, na saúde e no investimento em inovação tecnológica. A presidente ainda relatou a viagem que fez à Região Serrana do Rio, devastada pelas chuvas; citou as medidas emergenciais do governo; e destacou a importância de ter um sistema de alerta e prevenção desse tipo de desastre ambiental.

	VEÍCULO FOLHA DE BOA VISTA	EDITORIA	
	TÍTULO Comitê Gestor da Casa Civil da Presidência em Roraima é renovado por mais um ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Andrezza Trajano

A Casa Civil da Presidência da República prorrogou por mais um ano o prazo de duração do Comitê Gestor de Articulação das Políticas Públicas do Governo Federal em Roraima, implantado em 2005. Nagib Lima foi reconduzido ao cargo de assessor especial.

No primeiro momento, o Comitê se dedicou a articular projetos estratégicos para o Estado, além de efetivar o processo de desinstituição da terra indígena Raposa Serra do Sol, que teve sua demarcação de forma área contínua validada em abril de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Agora, focará no processo de desenvolvimento econômico do Estado, com destaque para a geração de emprego e renda, por meio das modalidades econômicas, potencializando as duas Áreas de Livre Comércio (ALCs - Boa Vista e Bonfim), acelerando a construção do armazém alfandegado e instrumentalizando a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), que já é realidade.

No caso do armazém alfandegado, Nagib Lima explicou que é necessária a alteração de um dispositivo legal para que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) possa construir o espaço, que será responsável pelo desembaraço das mercadorias.

A efetivação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) igualmente está na pauta de prioridades do Comitê Gestor, que apoiará o Estado nesta iniciativa, assim como a regularização fundiária de Roraima, que recebeu R\$ 30 milhões do Governo Federal para investir no processo.

Na agricultura familiar, o Comitê Gestor vai trabalhar junto aos Territórios de Identidade e Cidadania das reservas Raposa Serra do Sol e São Marcos, além de outros projetos implantados na região sul do estado.

“Buscaremos alternativas para fomentar o desenvolvimento e a geração de emprego e renda de trabalhadores rurais, atendendo a prioridade da presidenta Dilma Rousseff, que é erradicar a pobreza e miséria no Brasil”, frisou.

Nesse contexto, também vai fomentar a implantação de dois projetos de cultivo de dendê, que já estão em andamento no sul do Estado. Eles serão acompanhados de perto pela Casa Civil e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

“O Governo Federal quer que essas empresas se instalem e mantenham relações de parcerias com pequenos produtores. O Banco da Amazônia vai liberar os financiamentos e a Sudam [Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia] é quem vai avaliar e aprovar os projetos”, enfatizou o assessor especial.

Sob a perspectiva do desenvolvimento fronteiriço, dará continuidade ao estudo técnico para a construção da estrada que liga Lethem a Linden, na Guiana. “O Governo Federal está aguardando o estudo de viabilidade econômica, avaliando o processo, buscando convênios, para que possa cada vez mais ampliar as relações comerciais e diplomáticas com a Guiana”, disse Lima. Também buscará interlocução maior com a Venezuela.

Lima destacou que essa pauta será trabalhada ao longo de um ano, o que não quer dizer que será cumprida com exatidão. “Mas será construída e, para isso, contamos com o apoio do Estado, municípios e a base parlamentar”.

NOMEAÇÕES – Sobre as nomeações de gestores de instituições públicas da União em Roraima, Nagib Lima disse serão discutidas apenas em fevereiro, posterior a posse dos parlamentares, por decisão da presidente Dilma.

“Essas nomeações ocorrerão em um ambiente de ampla discussão da base do Governo Federal. Não compete a mim, como representante do governo, fazer qualquer nomeação ou indicação”, esclareceu.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO PIM registra média de 110 mil empregos em dezembro no AM		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Com informações da Suframa

MANAUS - Diferente da média nacional do nível de empregos na indústria em novembro de 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), o Polo **Pólo Industrial** de **Manaus** se destacou mais uma vez. O total de 110 mil postos diretos de

trabalho foi 10,59% superior aos 99 mil registrados em novembro de 2009.

Também houve crescimento de 0,56% em relação ao mês de outubro, quando o Polo atingiu 109 mil empregos. A **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** estima que os números consolidados de dezembro apontem recorde de 116 mil empregos.